

O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO RIBEIRÃO DA ILHA

-Importância da sua preservação-

Eliane Veras da Veiga*

1 - Importância Histórica:

Nos últimos cinco anos, temos tido a oportunidade de participar no desenvolvimento de estudos visando à preservação dos conjuntos urbanos e rurais e também das edificações isoladas em nossa capital, consideradas de valor cultural e paisagístico.

Neste sentido, a proposição do tombamento Federal do Conjunto Urbano-arquitetônico do Ribeirão da Ilha se destaca como um importante acervo, merecedor de efetiva preservação, uma vez que se somam ao seu patrimônio arquitetônico de inegável valor histórico e paisagístico características singulares da própria comunidade que ali vive.

Trata-se de uma comunidade de descendência direta dos primeiros colonizadores procedentes do arquipélago dos Açores - especificamente os emigrantes das ilhas Terceira, do Pico e Faial - que aqui aportaram a partir de 1747, como parte de estratégia de ocupação portuguesa do Sul do Brasil.

O incentivo à imigração açoriana e madeirense para Santa Catarina, iniciado em 1746, atingiu seu ápice com o transporte de mais de 6.000 pessoas entre os anos de 1748 e 1756.

Este impacto demográfico influiu sobremaneira no desenvolvimento da freguesia do Ribeirão da Ilha, visto que se tem notícias através da historiografia oficial que a freguesia que então despoitava acolheu destes açorianos 50 casais, que se instalaram no hoje denominado Distrito do Ribeirão da Ilha.

Com o crescimento populacional provocado pela imigração, iniciou-se uma sistemática distribuição de terras.

Por volta de 1760, a comunidade erigiu sua capela dedica-

*Arquiteta, Mestranda em História/UFSC, Profª de História da Arte - UFSC/FEPEVI

da a Nossa Senhora da Lapa. Como no princípio do século XIX a população passasse de mil e duzentas almas, foi a capela substituída por uma igreja de pedra, a qual foi sagrada em 2 de fevereiro de 1806. O título de paróquia lhe foi conferido por alvará de 11 de julho de 1809. Somente por volta de 1839 ou 1840 é que por meio de uma lei provincial se concedeu à freguesia do Ribeirão o título de vila. (1)

A localidade de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha se consolidou, portanto, no decorrer do século XIX, em consequência da evolução demográfica da população luso-açoriana.

A articulação do seu espaço urbano teve por molde o partido tradicional já estabelecido nas ordenações portuguesas de 1747 (2) e cujos traços sobrevivem até a atualidade.

Neste particular, cabe ressaltar que a Vila do Ribeirão da Ilha é um dos raros núcleos ainda existentes em Santa Catarina que se mantém fiel, e, portanto, representativo da presença açoriana no Brasil, pois além do traçado urbanístico dentro das determinações da provisão régia, abriga o mais expressivo conjunto arquitetônico derivado daquele processo de colonização.

2 - Condicionantes da organização produtiva:

Na sua dimensão atual, análise do sítio arquitetônico do Ribeirão da Ilha, visto como organismo urbano, sujeito aos condicionantes naturais requer a observância do fenômeno histórico já na escolha do sítio. Quando este se formou, a ocupação foi regulada pela

(1) Dicionário Histórico do Império do Brasil, tomo II, p. 396, Paris, 1845.

(2) A provisão régia de 1747 determinava que a demarcação dos logradouros públicos seguiria a conformação do terreno, destinando-se um local para o quadro da praça. Em um dos lados se localizaria a Igreja e as ruas seriam demarcadas a cordel. Por elas e nos lados da Praça se assentariam as moradas em boa ordem, deixando espaço suficientes para quintais.

forte declividade da região. Os colonos se locaram preenchendo a faixa de terra plana entre o mar e os morros. A forma natural de ocupação se caracterizou por margear a orla, no sentido norte e sul, com raras oportunidades de alcançar cotas superiores a 5 metros, devido à acentuada declividade. Sobre esta forma natural é que o colono se esforçou para fixar uma produção escassa e freqüentemente oscilante, sujeita a privações e doenças.

A organização produtiva, baseada em minifúndios e economia de subsistência, direcionou a forma de ocupação e uso do solo, e regulou a oferta de edificações, cuja volumetria não ultrapassou a dois pavimentos.

O Ribeirão da Ilha destacou-se como reduto de colonizadores, possuidores de escravos que, diferentemente da mão-de-obra típica dos abastados canaviais e engenhos nordestinos, aqui se prestavam aos serviços domésticos e cultura de subsistência, além do trabalho periódico nos engenhos de farinha, açúcar e alambiques de menor porte.

Não se trata aqui de querer renegar a emergência das grandes áreas ligadas à produção para a exportação, ou a incidência destas sobre a história do país.

Sabe-se inegavelmente, que o papel econômico-social dos núcleos coloniais do sul do Brasil estavam, em sua maioria, à margem dos acontecimentos de maior excepcionalidade no contexto global, até meados do século XIX.

Contudo, dentre os núcleos de colonização especialmente açoriana, destaca-se o Ribeirão como o pólo gerador de atividades comerciais e extrativas do sul da ilha, mantendo um intercâmbio local expressivo, notadamente com Desterro e Enseada do Brito, durante os séculos XVIII e XIX.

3 - Importância Urbano-Arquitetônica:

O conjunto arquitetônico do Ribeirão da Ilha está entre os mais expressivos e antigos locais de fixação luso-açoriana na Ilha de Santa Catarina. Conserva até os dias atuais um conjunto bas

tante homogêneo e íntegro de edificações típicas da sua época, pelo que consistem documentos vivos da história e cultura regionais.

A riqueza deste patrimônio a ser preservado não está somente no seu valor estético, predominantemente colonial, de beleza incomparável, mas, sobretudo, pelo significado cultural e humano que encerra. O próprio sítio constitui, por si mesmo, um evidente documento histórico. A sua existência, a sua sobrevivência ao longo do tempo, até os dias atuais é um marco histórico e um registro cultural de inegável importância.

No que tange aos aspectos urbanísticos, os imigrantes açorianos, que em suas ilhas de origem eram tanto pescadores quanto agricultores, trouxeram consigo, inclusive, a orientação de como proceder com a urbanização de seus povoados, que se desenvolviam ao redor de uma praça retangular em cujo lado menor se localizava a igreja. Este modelo encontramos bem definido em Ribeirão da Ilha, São João do Rio Vermelho, Enseada de Brito, São José, etc.

Observando a malha urbana descobre-se a forma primitiva do traçado das vias. Percebe-se logo o modelo tradicional da colonização portuguesa: a igreja voltada para o mar, o espaço vazio à sua frente - ponto de encontro a reunião - que aos poucos tornou-se praça com as ruas, e as casinhas ao seu redor, dispostas ao longo do alinhamento. Ainda sobrevivem os traços do modelo original, apesar de suas modificações e expansões que constituem a forma atual. A estrutura fundamental, característica destes núcleos, definiu-se a partir de um potencial de uso do sítio natural para as atividades de pesca e de agricultura de subsistência, considerando-se a acessibilidade pelo mar; junto ao mar, em sítios mais resguardados dos ventos característicos da região, no sopé dos promontórios, acompanhando a linha da praia e das picadas de acesso ocorreu uma ocupação tipicamente linear. Tal ocupação originou um parcelamento típico do solo com base nos minifúndios, inicialmente demarcados em função das iniciativas de utilização.

O desmembramento por herança, num segundo momento, reforçou a característica longitudinal da estrutura fundiária, quando as propriedades foram divididas em sua testada, proporcionalmente

ao número de herdeiros.

Um novo processo característico da ocupação da área corresponde ao início do uso como balneário, possibilitado pela chegada de veranistas, como resposta à notável oferta de sítio natural, evidenciada pelas praias de cenários peculiares e bastante diversificados. Esta etapa corresponde a um processo de reciclagem social e de uso, pois os minifúndios, de características predominantemente rurais, são novamente desmembrados: o pescador garante para si apenas o terreno de sua própria casa e o restante é adquirido, a preços baixos, por veranistas vindos da cidade. Portanto, o processo de reciclagem social e, conseqüentemente de uso, coincide com o de adensamento desenvolvido de forma lenta e mantendo, ainda, densidades muito baixas.

4 - Características Arquitetônicas:

As velhas casas coloniais ainda constituíam, na segunda metade do século XIX, a maior parte das construções desterrenses. É no Ribeirão da Ilha, entretanto, que encontramos a maior concentração de casas térreas de características luso-brasileiras. Uma das marcas típicas desta arquitetura é a relação que a prende ao lote em que está implantada evidenciando a interdependência entre arquitetura e lote urbano. As ruas apresentam aspecto uniforme com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. São casas térreas do tipo porta e janela, sendo as paredes externas de alvenaria de pedra e as internas de pau-a-pique, além da taipa e estuque, misturados com areia da praia, algum pedregulho e cal para dar maior resistência.

Estas casas de pouca fachada e metragem reduzida, (aproximadamente 50m²) vão apresentar quase sempre as seguintes peças: sala, corredor, uma ou duas alcovas e cozinha. Repetem as características típicas de casas luso-brasileiras: a cobertura em duas águas com inclinação variável, o telhado de goivas, a beira seveira, a disposição simétrica das aberturas na fachada, as vergas retas ou em arco abatido, o enquadramento geralmente em madeira, as esquadrias em madeira com caixilharia miúda, e o fechamento em madeira. Nesta fase a

entrada das edificações é sempre frontal.

A partir de meados do século XIX surgem algumas casas mais modernas em tijolos, muitas com entrada lateral, algumas de porão alto.

Estas características são válidas para a edificação com finalidade de habitação unifamiliar; eventualmente, um pequeno comércio pode alterar os vãos da fachada principal.

Quanto à arquitetura religiosa, a igreja, construída em 1806, e o teatro do divino formam um dos mais importantes conjuntos de origem luso-brasileira no Estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma igreja de nave única - principal característica das igrejas barrocas brasileiras - comportando duas torres sineiras fronto - laterais e fazendo vizinhança com o singular teatro do divino.

A igreja edificada sobre pequena elevação e de frente para o mar, foi o marco principal para o estabelecimento das edificações, constituindo importante ponto focal de onde partem os principais eixos visuais.

O espaço físico ambiental como um todo, adquire características de um impressionante cenário oitocentista, na medida em que o conjunto religioso e as edificações estão impregnados de caracteres plásticos barrocos e também de um ecletismo harmônico; soma-se a isto a sua relação com o entorno imediato: o mar, a orla, o morro e os quintais.

A área ocupada pelas singelas casinhas, todas geminadas na maioria, a sua relação com a rua e o quintal, representam um forte condicionamento que vai refletir na volumetria de edificação, na composição das fachadas e telhados. Ao aspecto plástico bem definido pelos elementos construtivos, adornos e revestimentos, incluem-se acrêscimos e/ou mutilações que já fazem parte de sua feição atual.

5 - A Importância do Tombamento Federal

A Igreja, é o único imóvel do local, tombado como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município.

Este tombamento, no entanto não se estende ao teatro do Divino e nem aos bens móveis que compõem o acervo da capela, como a antiquíssima imagem de Nossa Senhora da Lapa, trazida para o Ribeirão em 1760.

Quanto ao núcleo em si, o Município pretendeu garantir a sua integridade, quando o inseriu na Lei de Uso e Ocupação de Solo dos Balneários da Ilha de Santa Catarina, caracterizando a área como Área de Preservação Cultural.

Esta Lei municipal prevê a proteção da paisagem construída, mediante a redução do gabarito, o controle sobre as intervenções novas e sobre acréscimos ou mutilações no acervo edificado de valor histórico.

Todavia, o que se percebe atualmente, é que o conjunto arquitetônico em foco merece integrar-se a estratégias preservacionistas mais contundentes, e eficazes, inclusive numa esfera mais ampla, qual seja, o tombamento a nível federal.

No momento em que estes bens se encontram ameaçados de perigos graves e concretos, em decorrência da crescente especulação imobiliária faz-se necessário que o conjunto como um todo, passe a listar entre os bens designados como patrimônio cultural brasileiro.

Este ato consolidaria a importância como patrimônio histórico-cultural brasileiro de um núcleo que testemunha o povoamento e colonização luso-açoriana no sul do país. Possibilitaria ainda, a aplicação de recursos federais para a recuperação do acervo, sensibilizando o poder privado mediante os incentivos fiscais da Lei Sarney.

O tombamento federal da freguesia do Ribeirão da Ilha, em seu acervo paisagístico, constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de ruas em seu traçado e dimensão, e pelo conjunto de edificações em sua volumetria e estilo, garantirá que sejam evitadas e melhor policiadas as interferências que possam prejudicar o delicado equilíbrio de sua morfologia, permitindo apenas as intervenções que possam favorecer e enriquecer a leitura espacial do conjunto, garantir a qualidade de vida da população, e a conservação das suas atividades peculiares.